

Perspectiva do Mercado de Ouro pelas Instituições Financeiras



IGF



WORLD
GOLD
COUNCIL



ANM

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Quem somos?

ANORO

Associação Nacional do Ouro

Anos 1980/90

Fundada nos anos 1980 às vésperas da Assembléia Nacional Constituinte, em São Paulo, pelos negociantes de ouro visando o melhoramento do ambiente de negócio.

Participou da ANC, com apoio do Banco Central, defendendo o ouro enquanto instrumento financeiro, como forma de combater o contrabando ao Uruguau.

Auxiliou a implementação dos contratos de ouro na BM&F para aumentar a segurança do mercado doméstico de ouro.

Anos 2000/10

Atuação junto ao Governo Federal para plena integração das Instituições Financeiras autorizadas a negociar ouro ao Sistema Financeiro Nacional e ao padrão de atuação internacional.

Estabelecimento das primeiras regras de compliance para o Mercado Financeiro de Ouro.



Em 2017 a ANORO requer à Receita Federal a implementação da Nota Fiscal Eletrônico para operações de ouro ativo financeiro, com reiterações ano a ano.

Em 2020 a Receita Federal cria o Grupo de Trabalho para implementação da NF Ouro, com participação da ANM, MNE, BCB, DPF e ANORO.

Em 2018, a ANORO propõe o Cadastro Digital do Garimpeiro, vinculando os operadores de garimpo aos títulos minerários. Propondo via convênio com a ANM/DNPM o custeio do desenvolvimento de um sistema para o efetivo cadastramento.

Em 2018 pelo Convênio ANORO/DNPM, levantou que entre 1990 e 2018 foram protocolados aproximadamente 70.000 pedidos de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) para ouro; até então, cerca de 4.036 haviam sido outorgados.

Em 2018, ainda havia cerca de 36.000 processos em análise. Na ocasião, um levantamento conjunto DPF/IBAMA/DNPM indicou que a criação de uma força-tarefa para examinar aproximadamente 500 processos prioritários na região do Tapajós seria suficiente para regularizar ~90% das áreas então em operação. Com a mudança da Gestão Federal o projeto foi descontinuado.

Em 2018 a ANORO alerta por meio de Carta Aberta às Autoridades Brasileiras sobre práticas ilegais no comércio de ouro, inclusive que essas práticas abriram a facilitação para lavagem de dinheiro.

Em 2019, a ANORO solicita ao Governo Federal um diagnóstico realista do garimpo de ouro no Brasil para o desenvolvimento de políticas públicas com finalidade de melhor regulamentação do setor, executado pela Secretaria de Minas e Metalurgia.

De 2017 até 2020 a ANORO teve 52 audiências oficiais com diversas autoridades federais expondo a realidade do mercado e propondo as correções.

Em 2023, por orientação do BCB os associados da ANORO iniciam o desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade da origem do ouro.

Cenário Mundial

- Desdolarização e Multipolaridade;
- Aumento da procura da aquisição de ouro como reserva pelos principais bancos centrais do mundo;
- Mudanças na regulação do ouro pelo Estado Americano e pelo Estado Chinês;
- Avanço dos Conflitos Internacionais (Rússia x Ucrânia; Israel x Palestina; China x Países do Mar da China; “Tarifaço” Americano);
- Pressão sobre os países detentores de reservas de Minerais Raros e Estratégicos.
- Aumento da pressão do Brasil

Atual Cenário do Ouro Brasileiro

Pontos sensíveis pós-STF: origem, documentação idônea, ausência de clarificação da responsabilidade civil, administrativa e criminal na compra inicial. (*In Dubio pro Reo vs. In Dubio pro Societate*).

Conflito interpretativo com órgãos de controle e policiais para comercialização doméstica e internacional (RFB e DPF) sobre a responsabilização legal efetiva na cadeia de suprimentos. (Ausência de Regulação Objetiva).

A existência de inúmeros estabelecimentos de “compras de ouro” não autorizadas pelo BCB em regiões produtoras e a falta de repressão policial e efetiva fiscalização. (Ex: Itaituba/PA, há mais de 30 “compras de ouro” não sendo de instituições financeiras)

Interface com BCB para implementação de sistemas de rastreabilidade e melhoramento de ferramentas de *compliance* e *due dilligence* (KYC/AML/CFT) – (Alinhamento às práticas financeiras internacionais)

Ausência de Confiança do Mercado Internacional – (Crise de Imagem do Ouro Brasileiro).

Avanço do Mercado Ilegal sobre o Mercado Legal (*power vacuum*)

Propostas da ANORO para o Setor

- Estimular a comercialização no mercado interno para o ouro brasileiro, eliminando entraves ao consumo pela indústria joalheira, eletrônica, médica e aeroespacial nacional, transformando o Brasil efetivamente em hub para o beneficiamento industrial do ouro;
- O ouro ativo financeiro quando destinado à industrialização em todas as suas aplicações seja considerado como reserva de valor, com tratamento diferenciado;
- A não exportação de ouro bruto para melhor controle da produção e incentivando a cadeia produtiva nacional agregando capital
- A implementação de um sistema de rastreabilidade integrado em toda cadeia produtiva e interações governamentais, dando maior segurança ao produto nacional quando comercializado no mercado doméstico ou ao exterior.
- Força Tarefa Interagências para melhora do ambiente de negócios na extração mineral (Concessão e Fiscalização de PLGs; Licenciamento; Monitoramento Ostensivo)
- Novo Marco Regulatório trazendo segurança jurídica ao setor (PL 3025 ?)



IGF



WORLD
GOLD
COUNCIL



ANM

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Mais que um mineral estratégico, o ouro é um ativo fiduciário da soberania nacional.

Marcelo Brunella Aziz Jorge

Diretor de Assuntos Jurídicos e Rel. Governamentais
Associação Nacional do Ouro (ANORO)

secretaria@anoro.com.br | diretoria.juridica@anoro.com.br